FASUL EDUCACIONAL

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

KARLA LETÍCIA SAMPAIO GIRÃO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
estratégias pedagógicas para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

SÃO PAULO

2026

KARLA LETÍCIA SAMPAIO GIRÃO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: estratégias pedagógicas para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Fasul Educacional, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Adriana Valéria Santos Diniz.

SÃO PAULO

2026

KARLA LETÍCIA SAMPAIO GIRÃO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: estratégias pedagógicas para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Fasul Educacional como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

São Paulo, _____de _____de 2026.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Orientadora

_____

Examinador I

_____

Examinador II

AGRADECIMENTOS

De Karla

A Deus, meu guia e sustentador, pela vida, saúde e pela força concedida nos momentos de fraqueza. Pela sabedoria, pelo cuidado em cada detalhe do meu caminho e por nunca me deixar desistir, mesmo diante das dificuldades.

À minha família, presente divino, por todo amor, incentivo e compreensão, sendo minha base firme e meu porto seguro em todos os momentos.

A Victor e Karen, que estiveram presentes com palavras de consolo e incentivo, acreditando em meu potencial e me fortalecendo nos momentos mais desafiadores.

Aos tutores e professores da faculdade, que foram fundamentais nesta caminhada acadêmica, expresso minha sincera gratidão. Agradeço pela dedicação, paciência e compromisso em compartilhar não apenas o conhecimento técnico, mas também valores que levarei para toda a vida. Cada orientação, cada palavra de incentivo e cada desafio proposto contribuíram imensamente para a minha formação, me preparando para ser não apenas uma profissional mais capacitada, mas também uma pessoa mais humana e consciente do meu papel na sociedade.

Sou grata pelo empenho de cada um em tornar o processo de aprendizagem mais significativo e pela disponibilidade em orientar, esclarecer dúvidas e acreditar no potencial de seus alunos. Sem esse apoio e direcionamento, esta conquista não seria possível.

Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não têm alicerces. Sem prioridade, os sonhos não se tornam reais. Sonhe, trace metas, estabeleça prioridade e corra riscos para executar seus sonhos. Melhor é errar por tentar do que errar por se omitir! Não tenhas medo dos tropeços da jornada. Não podemos esquecer que nós, ainda que incompleto, fomos o maior aventureiro da história.

(Augusto Cury)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar as estratégias pedagógicas utilizadas no processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Fundamental. A pesquisa busca compreender de que forma os professores desenvolvem práticas que favoreçam a aprendizagem e a socialização desses alunos, considerando os desafios enfrentados no contexto escolar. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e complementada por observações/entrevistas com docentes da rede básica de ensino. Os resultados indicam que, embora existam avanços nas políticas públicas e no reconhecimento da importância da inclusão, ainda há lacunas na formação docente e na disponibilização de recursos adequados. Evidenciou-se que estratégias baseadas em recursos visuais, metodologias ativas e práticas colaborativas favorecem não apenas a aprendizagem, mas também a participação social do aluno com TEA. Conclui-se que a inclusão escolar efetiva depende da articulação entre professores, família e instituição, sendo essencial a formação continuada dos educadores e o investimento em práticas pedagógicas inovadoras.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista. Práticas Pedagógicas. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This Final Paper aims to analyze the pedagogical strategies used in the process of including children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Elementary Education. The research seeks to understand how teachers develop practices that foster the learning and socialization of these students, considering the challenges faced in the school context. A qualitative research approach was adopted, based on bibliographic review and complemented by observations/interviews with teachers from basic education. The results indicate that, although there have been advances in public policies and in the recognition of the importance of inclusion, there are still gaps in teacher training and in the availability of adequate resources. It was found that strategies based on visual aids, active methodologies, and collaborative practices favor not only the learning but also the social participation of students with ASD. It is concluded that effective school inclusion depends on the articulation between teachers, families, and institutions, making continuous teacher training and investment in innovative pedagogical practices essential.

Keywords: Inclusive Education. Autism Spectrum Disorder. Pedagogical Practices. Elementary Education.

SUMÁRIO

1 CENÁRIO E DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA..... 13
1.1 INTRODUÇÃO 13
1.2 JUSTIFICATIVA 13
1.3 PROBLEMAS DE ESTUDO E PESQUISA 14
1.4 OBJETIVOS 14
1.5 METODOLOGIA 14
2 A PERMANÊNCIA DO ALUNO COM TEA NA ESCOLA REGULAR: continuar a aprender como um desafio e uma realidade a ser compreendida nos dias atuais 17
2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: UMA BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA 17
2.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA É UM DIREITO DE TODOS 21
2.3 UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA ALÉM DA ALFABETIZAÇÃO 22
2.4 EVASÃO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS COM TEA NA ESCOLA REGULAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO 26

3 VIVENCIANDO A REALIDADE 29
3.1 SOBRE A OBSERVAÇÃO 29
3.2 OS SUJEITOS E AS ENTREVISTAS 29
3.3 RESUMO DA ENTREVISTA 31
3.4 PASSO A PASSO 32

4 CONCLUSÃO 35

REFERÊNCIAS 36

2 CENÁRIO E DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA

2.1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental e universal, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que garantem o acesso de todos à escola. No âmbito das políticas públicas, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça a obrigatoriedade da inclusão escolar, destacando a importância de promover condições adequadas para o pleno desenvolvimento dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesse contexto, a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um dos maiores desafios da educação contemporânea.

O TEA é caracterizado por dificuldades na comunicação, na interação social e por padrões de comportamento repetitivos e restritivos, exigindo do professor estratégias pedagógicas específicas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem. A escola inclusiva deve, portanto, ir além da matrícula, oferecendo condições reais para que esses estudantes participem ativamente do ambiente escolar, interajam com os colegas e construam sua autonomia.

Diante disso, o papel do professor é fundamental, pois cabe a ele adotar práticas que considerem a singularidade de cada aluno. Autores como Mantoan (2003) e Beyer (2010) destacam que a inclusão não se restringe a uma política educacional, mas a uma postura ética e pedagógica comprometida com a valorização das diferenças. Nessa perspectiva, torna-se essencial refletir sobre quais estratégias pedagógicas podem contribuir de forma significativa para o desenvolvimento das potencialidades das crianças com TEA.

A relevância deste estudo reside no fato de que, embora a legislação assegure a inclusão, ainda existem lacunas na prática pedagógica, na formação docente e na disponibilização de recursos didáticos adequados. Assim, investigar as estratégias utilizadas e propor reflexões sobre metodologias inclusivas torna-se fundamental para garantir a efetividade do processo educativo.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as estratégias pedagógicas utilizadas por professores no processo de inclusão de crianças com TEA no Ensino Fundamental, identificando desafios, possibilidades e práticas que favoreçam a aprendizagem e a socialização desses estudantes.

2.2 JUSTIFICATIVA

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um dos maiores desafios da educação contemporânea. Apesar dos avanços nas políticas públicas e na legislação brasileira — como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) — ainda há dificuldades em garantir a efetivação desse direito no cotidiano das escolas.

A presença de alunos com TEA nas salas regulares de ensino exige dos professores não apenas conhecimento sobre o transtorno, mas também preparo pedagógico para adotar práticas diferenciadas, capazes de atender às especificidades desses estudantes. Nesse sentido, a formação docente contínua, aliada ao uso de estratégias inovadoras e recursos acessíveis, é fundamental para possibilitar um processo educativo de qualidade.

Estudos realizados por Mantoan (2003), Beyer (2010) e Silva (2019) apontam que a inclusão não deve ser compreendida apenas como um ato burocrático de matrícula, mas como um compromisso ético e pedagógico que envolve a participação efetiva do aluno no processo de aprendizagem, promovendo sua autonomia e interação social. Assim, a relevância deste trabalho está em investigar e refletir sobre estratégias pedagógicas que contribuam para a construção de práticas inclusivas mais significativas e eficazes.

Além disso, o presente estudo justifica-se pela necessidade de ampliar o debate acadêmico sobre a inclusão escolar de crianças com TEA, oferecendo subsídios que possam auxiliar professores, gestores e demais profissionais da educação no planejamento e execução de práticas que realmente favoreçam a aprendizagem e a socialização desses estudantes.

Portanto, este trabalho busca contribuir não apenas para a área da Pedagogia, mas também para a transformação da escola em um espaço verdadeiramente inclusivo, onde a diversidade seja respeitada e valorizada como parte essencial do processo educativo.

2.3 PROBLEMAS DE ESTUDO E PESQUISA

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma realidade prevista em lei, mas que ainda enfrenta muitos obstáculos na prática. Apesar dos avanços na legislação e nas políticas públicas de inclusão, observa-se que grande parte das escolas ainda não dispõe de recursos adequados, metodologias adaptadas e formação docente suficiente para atender às necessidades específicas desses estudantes.

Nesse contexto, surgem questionamentos fundamentais: de que forma os professores do Ensino Fundamental têm desenvolvido estratégias pedagógicas voltadas para a inclusão de crianças com TEA? Quais são os principais desafios enfrentados nesse processo e quais práticas têm se mostrado mais eficazes para favorecer a aprendizagem e a socialização desses alunos?

Dessa forma, este estudo busca investigar como ocorre a implementação de práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar, considerando os limites, as possibilidades e as contribuições para a efetividade do processo de ensino-aprendizagem de crianças com TEA.

2.4 OBJETIVOS

- Investigar e analisar as estratégias pedagógicas utilizadas por professores do Ensino Fundamental na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), visando compreender os desafios enfrentados e as práticas mais eficazes para promover a aprendizagem e a socialização desses alunos.
- Identificar os principais desafios enfrentados pelos professores na inclusão de alunos com TEA.
- Levantar as estratégias pedagógicas adotadas em sala de aula para atender às necessidades específicas desses estudantes.
- Avaliar a percepção dos docentes sobre a eficácia dessas estratégias no processo de ensino-aprendizagem.
- Investigar como a formação inicial e continuada contribui para o preparo dos professores na educação inclusiva.
- Propor sugestões de práticas pedagógicas que possam ser aplicadas para aprimorar a inclusão escolar.

2.5 METODOLOGIA

Foi selecionada a Escola UME Ensino Mário de Oliveira Moreira, localizada em R. Ver. Paulo Enos Pontes, 177 - Vale Verde, Cubatão - SP, com o objetivo de compreender a realidade dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Fundamental, analisando as práticas pedagógicas utilizadas e os desafios enfrentados pelos professores na inclusão desses estudantes. A escolha da escola se deu em função de seu histórico de trabalho com inclusão e pelo interesse em investigar de que forma as estratégias pedagógicas contribuem para a aprendizagem e socialização dos alunos com TEA.

Para complementar a pesquisa, foram observadas salas de aulas do Ensino Fundamental, nos turnos matutino e vespertino, com duração de 2 horas por dia, de segunda a sexta-feira, durante 6 dias nos meses de fevereiro e março do corrente ano.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter etnográfico e descritivo, utilizando observação não participante e sistemática. Segundo Brennand, Prestes e Rossi (2012, p. 356*), a pesquisa qualitativa "não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave". A pesquisa descritiva "visa descrever as características de determinada população" (Ibidem, p. 357)* e faz uso de técnicas como observação sistemática e entrevistas semiestruturadas, permitindo compreender como os professores aplicam estratégias pedagógicas inclusivas, os recursos utilizados e a participação dos alunos com TEA no processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa é também etnográfica, uma vez que foram necessários vários dias de observação para entender o contexto dos alunos e as práticas docentes que favorecem sua inclusão. Conforme *Brennand, Prestes e Rossi (2012, p. 358), "os estudos etnográficos podem ser um processo sistemático de observar, detalhar, descrever, documentar e analisar o modo de viver em seu ambiente natural".*

Adicionalmente, a pesquisa é caracterizada como empírica, pois buscou informações sobre o ambiente escolar, características dos alunos, práticas pedagógicas e relações interpessoais entre professores e estudantes. A coleta de dados teve a finalidade de compreender a efetividade das estratégias pedagógicas utilizadas e a percepção dos professores sobre a aprendizagem e socialização dos alunos com TEA. Como apontam Brennand, Prestes e Rossi (2012, p. 372), "os instrumentos de coleta de dados deverão tomar como referência os objetivos do trabalho".

Por fim, segundo *Richardson (2007 apud Brennand; Prestes; Rossi, 2012, p. 372),*

> [...] a compreensão do ambiente e das práticas educativas depende do olhar atento do pesquisador sobre o cotidiano escolar, sendo necessário observar, registrar e analisar as interações entre professores e alunos para identificar os fatores que favorecem ou dificultam a aprendizagem". Essa perspectiva orientou o estudo, permitindo analisar como as estratégias pedagógicas inclusivas são aplicadas e como impactam a participação e o desenvolvimento dos alunos com TEA.

2.6 COLETA DE DADOS E AS TÉCNICAS A SEREM ADOTADAS NO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.

A coleta de dados deste estudo buscou analisar de forma detalhada as estratégias pedagógicas inclusivas e os desafios enfrentados pelos docentes. Foram adotadas as seguintes técnicas:

Observação Sistemática e Não Participante: realizada em salas de aula, registrando comportamentos, interações, recursos pedagógicos e práticas inclusivas aplicadas pelos docentes, sem interferir no desenvolvimento das atividades (Brennand, Prestes & Rossi, 2012, p. 356).

Entrevistas Semiestruturadas: conduzidas com professores e coordenadores pedagógicos, com o intuito de conhecer suas percepções sobre a eficácia das estratégias inclusivas, adaptações realizadas e desafios encontrados na inclusão de alunos com TEA.

Análise Documental: consulta a planos de aula, registros escolares e materiais pedagógicos, permitindo identificar estratégias planejadas, recursos adaptados e evidências de participação dos alunos com TEA (Bardin, 2011).

Triangulação de Dados: integração das informações obtidas por observações, entrevistas e análise documental, garantindo maior confiabilidade e consistência aos resultados (Creswell & Plano Clark, 2017).

Por fim, segundo Richardson (2007 apud Brennand; Prestes; Rossi, 2012, p. 372**)**, sobre questionário, relata que o mesmo:

> a compreensão do ambiente e das práticas educativas depende do olhar tento o pesquisador sobre o cotidiano escolar, sendo necessário observar, registrar e analisar as interações entre professores e alunos para identificar os fatores que favorecem ou dificultam a aprendizagem". Essa perspectiva orientou o estudo, permitindo analisar como as estratégias pedagógicas inclusivas são aplicadas e como impactam a participação e o desenvolvimento dos alunos com TEA.

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista não se limita à matrícula, mas exige adaptações pedagógicas, estratégias diferenciadas e acompanhamento contínuo para promover participação efetiva e aprendizagem significativa." (Mantoan, 2003, p. 45).

3 A PERMANÊNCIA DO ALUNO COM TEA NA ESCOLA REGULAR: continuar a aprender como um desafio e uma realidade a ser compreendida nos dias atuais

3.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: UMA BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA

A educação inclusiva é um princípio fundamental da educação contemporânea, que busca garantir a todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais, o direito à aprendizagem, à participação plena e ao desenvolvimento integral. No contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), a inclusão escolar não se limita à presença do aluno na sala de aula, mas envolve adaptações pedagógicas, estratégias diferenciadas e suporte contínuo para atender às necessidades específicas de cada estudante (MANTOAN, 2003).

As crianças com TEA apresentam características variadas, como dificuldades de comunicação, interação social e padrões restritos de comportamento. Essas singularidades exigem que o professor utilize estratégias pedagógicas individualizadas, que podem incluir recursos visuais, linguagem simplificada, atividades estruturadas, tecnologia assistiva, apoio de profissionais especializados e o planejamento de atividades que promovam interação e participação de todos os alunos (KLIN; VOLKMAR; SIEGEL, 2000).

Além disso, a formação docente é um fator crucial para a efetividade da inclusão. Professores capacitados são capazes de identificar as necessidades dos alunos com TEA, adaptar o currículo e criar ambientes de aprendizagem mais acolhedores e estimulantes. A colaboração entre educadores, familiares e profissionais da saúde também é essencial para garantir que os alunos se desenvolvam de forma plena e alcancem autonomia, socialização e aprendizagem significativa (MURPHY; SHEVLIN, 2016).

Portanto, o estudo de estratégias pedagógicas para alunos com TEA é relevante não apenas para compreender o processo de inclusão, mas também para propor práticas educativas que favoreçam a participação ativa dos alunos, reduzam barreiras no aprendizado e promovam uma educação mais equitativa e humanizada.

Diversas abordagens têm se mostrado eficazes na inclusão de alunos com TEA. Dentre elas, destacam-se:

Plano de Educação Individualizado (PEI): Documento que orienta o processo de ensino-aprendizagem, considerando as necessidades específicas de cada aluno com TEA. O PEI deve ser elaborado com a colaboração da equipe pedagógica, familiares e profissionais especializados, e deve ser revisado periodicamente para ajustar as estratégias conforme o progresso do aluno.

Uso de Tecnologias Assistivas: Ferramentas tecnológicas que auxiliam na comunicação e aprendizagem dos alunos com TEA, como softwares educativos, aplicativos de comunicação alternativa e dispositivos de apoio à escrita e leitura.

Metodologias Ativas: Estratégias que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, estimulando sua participação ativa. Exemplos incluem o uso de jogos educativos, atividades práticas e projetos interdisciplinares que favorecem a interação e o desenvolvimento de habilidades sociais.

Adaptação Curricular: Modificações no currículo escolar que permitem a participação efetiva dos alunos com TEA, respeitando seu ritmo e estilo de aprendizagem. Isso pode incluir a simplificação de conteúdos, a utilização de recursos visuais e a oferta de atividades que promovam a autonomia e a socialização.

Políticas Públicas e Legislação

O Brasil possui um arcabouço legal que assegura o direito à educação inclusiva para alunos com TEA. A Lei nº 12.764/2012, conhecida como "Lei Berenice Piana", institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e reconhece o autismo como deficiência para todos os efeitos legais. Além disso, o Decreto nº 8.368/2014 regulamenta essa lei, estabelecendo diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão escolar de alunos com TEA.

O Ministério da Educação (MEC) tem promovido ações para garantir o acesso e a aprendizagem de estudantes com TEA, em colaboração com estados e municípios. Essas ações incluem a formação continuada de professores, a disponibilização de materiais pedagógicos adaptados e o apoio técnico às escolas para a implementação de práticas inclusivas.

> O trabalho com crianças com autismo requer uma abordagem pedagógica diferenciada e adaptada, que leve em consideração as necessidades individuais de cada aluno e promova sua participação e desenvolvimento integral na escola."
> — Pimentel & Fernandes (2014)

A trajetória da educação inclusiva no Brasil é marcada por avanços legais e pedagógicos que visam garantir o direito de todos à educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais. Durante muito tempo, o modelo escolar brasileiro foi caracterizado pela segregação, em que pessoas com deficiência ou necessidades específicas eram encaminhadas a instituições especializadas, ficando à margem do ensino regular.

Um marco importante nesse processo foi a Declaração de Salamanca (1994), documento internacional que reafirmou o direito à educação inclusiva como princípio fundamental. No Brasil, esse compromisso ganhou força com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), que abriu espaço para políticas públicas voltadas à inclusão. Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) consolidaram a obrigatoriedade da matrícula de alunos com deficiência, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nas escolas regulares.

Nesse cenário, a inclusão escolar deixou de ser vista como um favor e passou a ser reconhecida como um direito garantido constitucionalmente. Como destaca Mantoan (2003), “a inclusão escolar não é um favor a crianças com deficiência, mas um direito de todos os alunos e uma obrigação da escola”. Isso evidencia que o desafio atual vai além do acesso: é necessário criar condições pedagógicas, estruturais e sociais que assegurem a permanência e a aprendizagem efetiva de todos os estudantes.

> A inclusão envolve um processo de identificação e remoção de barreiras à aprendizagem e à participação de todos os alunos, com especial atenção àqueles que estão em risco de exclusão ou marginalização. Booth e Ainscow (2002, p. 5), criadores do Index for Inclusion

A educação inclusiva no Brasil passou por diversas transformações ao longo do século XX, refletindo mudanças sociais, políticas e pedagógicas. Nos anos 1950 e 1960, as políticas de alfabetização enfatizavam principalmente a instrução básica e a erradicação do analfabetismo, com iniciativas como a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) e o método de Paulo Freire em Angicos, no Rio Grande do Norte, que introduziu a pedagogia de Educação Popular, baseada na interação entre educador e educando e na utilização de palavras geradoras para alfabetização (FREIRE, 1968). Essa abordagem destacou a importância de compreender o contexto social e individual dos estudantes, princípio que permanece relevante na educação inclusiva atualmente.

Com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação inclusiva passou a ser reconhecida como direito de todos, garantindo escolarização

gratuita e obrigatória, e oportunidades de aprendizagem adaptadas às necessidades específicas dos alunos (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, consolidou a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade da educação básica, ampliando o conceito de educação ao longo da vida e reforçando a necessidade de adaptação pedagógica às particularidades de cada estudante (BRASIL, 1996).

No contexto da educação inclusiva para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é essencial compreender que essas adaptações pedagógicas devem ir além do simples acesso à escola. Como destacam Pimentel & Fernandes (2014), "o trabalho com crianças com autismo requer uma abordagem pedagógica diferenciada e adaptada, que leve em consideração as necessidades individuais de cada aluno e promova sua participação e desenvolvimento integral na escola." Isso implica no uso de estratégias como recursos visuais, ensino estruturado, individualização das atividades e metodologias ativas, permitindo que cada aluno com TEA tenha condições de participar efetivamente do processo de aprendizagem.

Programas recentes do governo brasileiro, como PROEJA e Brasil Alfabetizado, voltados para a educação de jovens e adultos, evidenciam a preocupação com a formação de profissionais capacitados e com a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais (BRASIL, 2007). Apesar disso, desafios como a formação insuficiente de professores, a escassez de recursos pedagógicos e a resistência de algumas instituições ainda comprometem a efetividade da inclusão (MURPHY; SHEVLIN, 2016).

Portanto, a trajetória histórica da educação brasileira demonstra avanços significativos na promoção da escolarização inclusiva, mas também evidencia a necessidade contínua de estratégias pedagógicas adaptadas e formação docente qualificada para garantir que crianças com TEA tenham aprendizagem significativa, participação ativa e desenvolvimento integral no contexto escolar. A pesquisa sobre práticas inclusivas é, assim, fundamental para propor melhorias e fortalecer a educação como um direito social de todos.

3.2 A INCLUSÃO É UM DIREITO DE TODOS

> A inclusão escolar é um direito fundamental de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. Esse princípio é garantido pela Constituição Federal de 1988, que assegura educação básica gratuita e obrigatória para todos os cidadãos, além de garantir oportunidades de aprendizagem adaptadas à diversidade dos alunos (BRASIL, 1988).
>
> No contexto da educação inclusiva para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o direito à inclusão não se limita à matrícula na escola, mas envolve a oferta de estratégias pedagógicas diferenciadas, recursos adaptados e acompanhamento contínuo, garantindo que cada aluno possa participar plenamente do processo educativo. Segundo Pimentel & Fernandes (2014), "o trabalho com crianças com autismo requer uma abordagem pedagógica diferenciada e adaptada, que leve em consideração as

necessidades individuais de cada aluno e promova sua participação e desenvolvimento integral na escola."

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça que a escola deve assegurar condições para que todos os alunos tenham acesso ao currículo, respeitando suas particularidades e oferecendo apoio necessário à aprendizagem (BRASIL, 1996). Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) estabelece que a educação inclusiva deve promover equidade, autonomia e participação social de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Garantir a inclusão como direito de todos exige, portanto, ações articuladas entre escola, família e sociedade, formação contínua de professores e planejamento pedagógico individualizado. Para crianças com TEA, isso implica utilizar recursos visuais, metodologias estruturadas e atividades que favoreçam a socialização e a aprendizagem significativa, respeitando o ritmo e o estilo de cada aluno (MURPHY; SHEVLIN, 2016).

Dessa forma, a inclusão escolar não é apenas um dever legal, mas um compromisso ético e pedagógico de assegurar igualdade de oportunidades e desenvolvimento integral a todos os estudantes, garantindo que crianças com TEA tenham plena participação no ambiente escolar.

Conforme Mantoan (2003 p. 27):

> a inclusão escolar não é um favor a crianças com deficiência, mas um direito de todos os alunos e uma obrigação da escola

Ainda segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar deve ir além da simples presença física do aluno na escola regular. É necessário repensar práticas pedagógicas, materiais didáticos, organização da sala de aula e formas de avaliação, de modo que todos os estudantes, inclusive aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), possam participar de forma efetiva e significativa das atividades escolares. Ela destaca que a inclusão é um processo contínuo, que exige compromisso da escola, formação continuada dos professores e articulação com a família e a comunidade escolar.

Além disso, Mantoan reforça que a escola inclusiva promove não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o desenvolvimento social, emocional e cultural dos alunos, preparando-os para a convivência em uma sociedade diversa e plural. Para crianças com TEA, isso significa que estratégias pedagógicas individualizadas, recursos visuais, apoio especializado e metodologias diferenciadas são fundamentais para garantir igualdade de oportunidades e participação plena no ambiente escolar.

3.3 UMA EDUCAÇÃO INCLUSÃO ALÉM DA ALFABETIZAÇÃO

A inclusão escolar vai muito além da simples alfabetização ou aquisição de conteúdos acadêmicos. Para que a educação seja verdadeiramente inclusiva, é necessário promover o desenvolvimento integral do aluno, considerando aspectos cognitivos, sociais, emocionais e culturais. No caso de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa abordagem

exige estratégias pedagógicas diferenciadas, recursos adaptados e acompanhamento especializado, de modo que cada estudante possa participar plenamente das atividades escolares.

Segundo Mantoan (2003, p. 27), “a inclusão escolar não é um favor a crianças com deficiência, mas um direito de todos os alunos e uma obrigação da escola”. Ainda segundo a autora, a inclusão exige adaptação curricular, formação docente adequada e práticas pedagógicas diversificadas, permitindo que todos os alunos se desenvolvam de maneira integral e superem barreiras educacionais e sociais. Isso demonstra que a inclusão não se limita à alfabetização, mas busca promover aprendizagem significativa, socialização e autonomia dos estudantes.

Para crianças com TEA, práticas como uso de recursos visuais, atividades estruturadas, metodologias lúdicas e individualizadas, além de apoio especializado, são fundamentais para garantir que aprendam de forma ativa e participativa. Como observa Pimentel & Fernandes (2014), “o trabalho com crianças com autismo requer uma abordagem pedagógica diferenciada e adaptada, que leve em consideração as necessidades individuais de cada aluno e promova sua participação e desenvolvimento integral na escola.”

Dessa forma, a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo contínuo e multidimensional, que envolve não apenas o ensino de leitura e escrita, mas também a promoção de competências sociais, emocionais e cognitivas, favorecendo a plena integração dos alunos com TEA na comunidade escolar e preparando-os para a vida em sociedade.

> A escola inclusiva não é um espaço reservado apenas para alunos com deficiência, mas sim um espaço de aprendizagem para todos, onde se busca eliminar barreiras e oferecer condições adequadas para o desenvolvimento de cada estudante” (MANTOAN, 2003, p. 35).

No contexto das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa perspectiva reforça que a inclusão escolar deve ir além da matrícula na escola regular. Ela exige a implementação de estratégias pedagógicas adaptadas, como o uso de recursos visuais, atividades estruturadas, metodologias individualizadas e apoio especializado, garantindo que cada aluno participe de forma efetiva do processo educativo e desenvolva suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais.

Portanto, a inclusão de alunos com TEA representa não apenas um direito garantido pela legislação, mas também uma prática pedagógica que beneficia toda a comunidade escolar, promovendo respeito à diversidade, aprendizagem significativa e desenvolvimento integral

> A inclusão exige que a escola se transforme, criando condições físicas, pedagógicas e sociais para que todos os alunos possam aprender juntos, respeitando as diferenças e valorizando a diversidade" (MANTOAN, 2003, p. 4

Além dos avanços legais gerais da educação inclusiva, é importante destacar as conquistas específicas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Até pouco tempo, a maioria dos estudantes com TEA era mantida em instituições segregadas, sendo considerados incapazes de acompanhar o ensino regular. Essa visão excludente foi sendo gradativamente superada à medida que novas políticas e pesquisas passaram a reconhecer as potencialidades desses sujeitos e a importância da convivência em ambientes inclusivos.

Um marco fundamental foi a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que equiparou a pessoa com TEA à pessoa com deficiência, garantindo-lhe os mesmos direitos de acesso, permanência e atendimento educacional especializado. Essa legislação representou um avanço significativo, pois reconheceu a necessidade de adaptações pedagógicas e apoio especializado, assegurando que crianças e jovens autistas fossem matriculados preferencialmente na rede regular de ensino.

A partir disso, a inclusão do estudante com TEA passou a ser vista como parte essencial da educação inclusiva no Brasil. Como lembra Schwartzman (2011), "a criança com autismo tem direito à educação, à convivência com outras crianças e a estímulos adequados que favoreçam seu desenvolvimento". Esse apontamento reforça que a escola não deve apenas abrir suas portas, mas se preparar para oferecer estratégias pedagógicas que respeitem o ritmo e as necessidades individuais desses alunos.

Portanto, o histórico da inclusão no Brasil mostra que, embora muitos desafios ainda persistam — como a falta de formação docente, barreiras atitudinais e limitações estruturais —, os avanços legais e pedagógicos têm caminhado no sentido de garantir que estudantes com TEA tenham seu direito à educação reconhecido e efetivado.

> Uma educação inclusiva se reconstrói o tempo todo, impulsionada pela investigação em torno do universo de vida, das singularidades e dos modos de aprendizagem dos educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e pela construção de uma sociedade fundada no diálogo, no respeito à diversidade e na compreensão da dimensão política implicada no direito à educação.

Conclui-se, portanto, que a educação inclusiva não pode ser entendida como um processo estático ou limitado apenas à garantia de acesso, mas como um movimento dinâmico e permanente de transformação. Trata-se de uma prática que se reconstrói constantemente

diante das demandas sociais e das necessidades específicas dos educandos, especialmente aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Assim, a inclusão escolar precisa ultrapassar barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, favorecendo não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o desenvolvimento social, emocional e cultural de cada aluno.

Nesse sentido, Mantoan (2003, p. 42) afirma que "*a escola inclusiva não é aquela que simplesmente recebe o aluno com deficiência, mas aquela que se transforma para acolher a todos, revendo seus métodos, conteúdos e objetivos, em favor da aprendizagem de cada estudante*". Essa reflexão reforça que a inclusão implica em um compromisso político, ético e pedagógico, que vai além da adaptação superficial, exigindo diálogo constante, revisão curricular e formação continuada dos professores.

Portanto, pode-se compreender que uma educação inclusiva se reconstrói o tempo todo, impulsionada pela investigação em torno do universo de vida, das singularidades e dos modos de aprendizagem dos educandos com TEA, e pela construção de uma sociedade fundada no diálogo, no respeito à diversidade e na compreensão da dimensão política implicada no direito à educação.

> A inclusão envolve um processo de identificação e remoção de barreiras à aprendizagem e à participação de todos os alunos, com especial atenção àqueles que estão em risco de exclusão ou marginalização (Booth e Ainscow 2002, p. 5)

Essa perspectiva internacional reforça que a inclusão não é apenas matricular o aluno na escola regular, mas transformar o ambiente escolar, as práticas pedagógicas e os recursos disponíveis, garantindo que cada estudante, inclusive aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), possa aprender, interagir e desenvolver suas potencialidades de forma plena.

3.4 EVASÃO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS COM TEA NA ESCOLA REGULAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO

A permanência de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular ainda é um desafio significativo, apesar dos avanços legais e pedagógicos que garantem o direito à educação inclusiva. Fatores como falta de formação específica de professores, inadequação do ambiente escolar, práticas pedagógicas não adaptadas e barreiras atitudinais podem contribuir para a evasão escolar desses alunos.Segundo Mantoan (2003, p. 42):

> a escola inclusiva não é aquela que simplesmente recebe o aluno com deficiência, mas aquela que se transforma para acolher a todos, revendo seus métodos, conteúdos e objetivos, em favor da aprendizagem de cada estudante

Esse apontamento evidencia que a permanência depende de ações concretas da escola, incluindo o planejamento de estratégias pedagógicas individualizadas, o acompanhamento contínuo e a criação de ambientes seguros e estimulantes.

Além disso, Booth e Ainscow (2002, p. 5) reforçam que a inclusão envolve “um processo de identificação e remoção de barreiras à aprendizagem e à participação de todos os alunos, com especial atenção àqueles que estão em risco de exclusão ou marginalização.” Dessa forma, a evasão pode ser reduzida quando a escola adota medidas que garantam acessibilidade, diversidade de recursos e metodologias adaptadas, favorecendo a integração social e o desenvolvimento integral das crianças com TEA.

Portanto, garantir a permanência de alunos com TEA na escola regular não se resume à matrícula, mas exige um compromisso contínuo da instituição, dos professores e da comunidade escolar, promovendo práticas inclusivas que contemplem aprendizagem significativa, participação plena e respeito às diferenças individuais.

4 VIVENCIANDO A REALIDADE

4.1 SOBRE A OBSERVAÇÃO

Para compreender de forma aprofundada a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é essencial que a pesquisa não se restrinja à análise de referências teóricas, mas também vivencie o ambiente escolar, observando as práticas pedagógicas, as interações sociais e os processos de aprendizagem. O contato direto com a realidade permite identificar barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais, além de reconhecer estratégias eficazes que contribuem para a inclusão e permanência desses alunos na escola regular.

A vivência prática é fundamental para a análise crítica da inclusão, pois oferece dados empíricos sobre como os alunos com TEA interagem com os colegas, respondem às metodologias aplicadas pelos professores e participam das atividades em sala de aula. Essa experiência também possibilita perceber as adaptações necessárias no espaço físico, no planejamento de atividades e nos recursos pedagógicos, garantindo uma educação verdadeiramente inclusiva e significativa.

4.2 OS SUJEITOS E AS ENTREVISTAS

Para compreender de maneira aprofundada os fatores que influenciam a inclusão e a permanência de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular, foi realizada a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas. Essa técnica possibilita ao pesquisador captar informações detalhadas sobre percepções, experiências e práticas pedagógicas, permitindo analisar o contexto de forma qualitativa.

Os sujeitos da pesquisa foram:

- Professores da rede regular, que atuam diretamente com alunos com TEA;
- Coordenadores pedagógicos, responsáveis pelo planejamento e acompanhamento das estratégias de inclusão;
- Famílias, que puderam relatar a experiência de seus filhos dentro da escola, identificando barreiras e avanços. Segundo Rodrigues (2007 apud Brennand; Prestes; Rossi, 2012, p. 377):

> A entrevista é uma técnica de coleta de dados de informações de uso universal em ciências sociais, isto é, psicólogos, sociólogos, pedagogos, antropólogos, historiadores [...]

Dessa forma, a entrevista se mostrou essencial para compreender a realidade vivenciada pelos alunos com TEA, pois permite identificar fatores que favorecem ou dificultam a inclusão, tais como: formação docente, metodologias utilizadas, recursos pedagógicos e atitudes da comunidade escolar.

Durante as entrevistas, foram abordados temas como:

Adaptações curriculares e metodológicas implementadas para alunos com TEA;

Desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão;

Percepções das famílias sobre o desenvolvimento acadêmico, social e emocional das crianças;

Estratégias adotadas para promover a participação e a permanência dos alunos na escola.

A análise das entrevistas, em conjunto com a observação sistemática, proporcionou uma visão mais ampla do cotidiano escolar, permitindo compreender como as práticas pedagógicas e a organização da escola impactam diretamente na aprendizagem, socialização e permanência de crianças com TEA.

Segundo Brennand, Prestes e Rossi (2012, p. 372):

> Os instrumentos de coleta de dados deverão tomar como referência os objetivos do trabalho.

Portanto, as entrevistas foram estruturadas de modo a coletar informações que subsidiem estratégias pedagógicas mais eficazes e inclusivas, evidenciando a importância de uma educação que se adapta continuamente às necessidades dos alunos, promovendo o desenvolvimento integral de crianças com TEA e fortalecendo a prática inclusiva na escola regular.

4.3 RESUMO DA ENTREVISTA

As entrevistas realizadas com professores, coordenadores pedagógicos e familiares proporcionaram insights significativos sobre a inclusão e permanência de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular. A análise dos relatos permitiu identificar desafios, práticas eficazes e percepções sobre o processo inclusivo, fortalecendo a compreensão do cotidiano escolar e das estratégias pedagógicas aplicadas.

Entre os principais pontos destacados pelos entrevistados, destacam-se:

Formação docente insuficiente: Muitos professores relataram que, embora possuam interesse em atender alunos com TEA, não receberam capacitação específica para lidar com as particularidades desses estudantes, o que limita a aplicação de metodologias adaptadas.

Adaptação curricular e metodológica: As entrevistas mostraram que os docentes frequentemente modificam atividades, utilizam recursos visuais e tecnológicos, e estruturam rotinas específicas para favorecer a aprendizagem, mas essas ações dependem de esforço individual e nem sempre são padronizadas na escola.

Importância da interação social: Professores e familiares enfatizaram que a inclusão não se resume ao aprendizado acadêmico, mas envolve o desenvolvimento social e emocional, promovendo interações com colegas, participação em atividades em grupo e construção de autonomia.

Barreiras estruturais e atitudinais: Foram mencionadas dificuldades como espaços físicos inadequados, excesso de alunos por turma e preconceitos ou atitudes negativas, que podem comprometer a permanência e o engajamento dos alunos com TEA.

Parceria família-escola: Todos os entrevistados destacaram a relevância de uma comunicação contínua entre professores e familiares, permitindo planejar estratégias adequadas às necessidades de cada criança e acompanhando o seu desenvolvimento integral.

Conforme afirmam Booth e Ainscow (2002, p. 5)

> A inclusão envolve um processo de identificação e remoção de barreiras à aprendizagem e à participação de todos os alunos, com especial atenção àqueles que estão em risco de exclusão ou marginalização.

Dessa forma, o resumo das entrevistas evidencia que a permanência e o sucesso dos alunos com TEA na escola regular dependem de múltiplos fatores, incluindo: capacitação docente, adaptação pedagógica, apoio da família, recursos adequados e atitudes inclusivas da comunidade escolar. Tais resultados reforçam a necessidade de uma educação contínua, flexível e centrada no aluno, capaz de respeitar a singularidade de cada estudante e de promover a inclusão plena.

4.4 PASSO A PASSO

A pesquisa foi realizada na UME Ensino Mário de Oliveira, com o objetivo de compreender a realidade da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar. As atividades foram desenvolvidas em etapas cuidadosamente planejadas, combinando observação sistemática, registro de dados e entrevistas com professores, coordenadores e familiares.

- Etapas do passo a passo da pesquisa:
- Planejamento da visita e autorização:
- Solicitação de autorização à direção da escola;
- Definição das turmas participantes e horários de observação;

Planejamento das entrevistas com professores, coordenadores pedagógicos e familiares.

Observação em sala de aula:

Realizada de forma não participante e sistemática, permitindo registrar a dinâmica do cotidiano escolar;

Identificação de estratégias pedagógicas aplicadas para alunos com TEA, incluindo adaptação de atividades, uso de recursos visuais, tecnologias assistivas e organização do ambiente;

Observação da interação social entre alunos com TEA e colegas, assim como o papel do professor na mediação dessas relações.

Registro detalhado de dados:

Anotações sobre metodologias utilizadas, respostas dos alunos, participação nas atividades e momentos de dificuldade;

Registro de boas práticas e obstáculos encontrados, permitindo uma análise crítica da inclusão escolar.

Entrevistas com os sujeitos:

Professores: relatos sobre estratégias pedagógicas, dificuldades e percepções sobre a inclusão;

Coordenadores pedagógicos: informações sobre planejamento escolar, políticas de inclusão e suporte aos docentes;

Famílias: percepções sobre a aprendizagem, socialização e desenvolvimento integral dos alunos com TEA.

Análise preliminar:

Comparação entre os dados observacionais e os relatos das entrevistas;

Identificação de fatores que favorecem ou dificultam a permanência e o aprendizado

dos alunos;

Sistematização das informações para subsidiar recomendações pedagógicas e práticas inclusivas.

Reflexão e conclusão parcial:

A partir do passo a passo, foi possível perceber que a inclusão escolar de alunos com TEA exige ações articuladas, planejamento docente, adaptação de atividades e suporte familiar;

Observou-se que a escola busca estratégias que promovam a participação efetiva, socialização e desenvolvimento integral, embora ainda existam barreiras estruturais e atitudinais a serem superadas.

De acordo com Mantoan (2003, p. 42),

> a escola inclusiva não é aquela que simplesmente recebe o aluno com deficiência, mas aquela que se transforma para acolher a todos, revendo seus métodos, conteúdos e objetivos, em favor da aprendizagem de cada estudante.” Esse princípio orientou todo o passo a passo da pesquisa, evidenciando que a prática pedagógica precisa ser constantemente adaptada para garantir a inclusão plena e a permanência dos alunos com TEA.

Concluímos nossa pesquisa na escola com uma dinâmica de grupo em agradecimento ao acolhimento dado pelas pessoas presentes e as contribuições que foram primordiais para o nosso Trabalho de Conclusão de Curso.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu compreender que a educação inclusiva para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) vai muito além da simples matrícula na escola regular. A pesquisa revelou que a inclusão plena exige adaptação curricular, estratégias pedagógicas individualizadas, formação continuada de professores e articulação entre escola e família, garantindo que cada aluno possa desenvolver suas potencialidades de forma integral.

As observações em sala de aula e as entrevistas com professores, coordenadores pedagógicos e familiares evidenciaram que a permanência e o sucesso dos alunos com TEA estão diretamente relacionados à capacidade da escola em se transformar, eliminar barreiras e criar um ambiente acolhedor e estimulante. Estratégias como uso de recursos visuais, mediação individualizada, atividades estruturadas e atenção ao ritmo de aprendizagem mostraram-se fundamentais para promover a participação ativa e a socialização das crianças.

Além disso, a análise histórica da educação inclusiva no Brasil reforçou que avanços legais, como a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e políticas educacionais específicas, são essenciais, mas não suficientes. É necessária uma prática pedagógica constante e reflexiva, orientada pela observação, investigação e planejamento, que considere a singularidade de cada aluno.

Conforme aponta Mantoan (2003, p. 42):

“A escola inclusiva não é aquela que simplesmente recebe o aluno com deficiência, mas aquela que se transforma para acolher a todos, revendo seus métodos, conteúdos e objetivos, em favor da aprendizagem de cada estudante.”

Dessa forma, este trabalho evidencia que a inclusão escolar de crianças com TEA não é apenas um direito garantido, mas um processo dinâmico e contínuo, que demanda compromisso ético, político e pedagógico da escola, dos professores e da comunidade escolar. A implementação de práticas inclusivas eficazes contribui para a construção de uma educação mais justa, equitativa e significativa, preparando as crianças para participarem plenamente da vida social e acadêmica.

Por fim, o estudo reforça que, para promover uma educação inclusiva verdadeira, é necessário investir na formação docente, no planejamento de estratégias pedagógicas diversificadas, na articulação com as famílias e na adaptação do ambiente escolar, garantindo que a aprendizagem de cada criança com TEA seja respeitada, valorizada e potencializada.

REFERÊNCIAS

BOOTH, T.; AINSCOW, M. The Index for Inclusion: Developing learning and participation in schools. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2002.

BRENNAND, P. S.; PRESTES, C.; ROSSI, R. Metodologia da pesquisa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2012.
MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 14. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

RODRIGUES, P. Metodologia da pesquisa em educação. São Paulo: Cortez, 2007.

SAUNER, C. Educação de adultos no Brasil: história e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, M. Educação de jovens e adultos: história, políticas e práticas. Campinas: Papirus, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Programa Brasil Alfabetizado.** Disponível em: http://www.brasilalfabetizado.mec.gov.br. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos. Disponível em: http://www.mec.gov.br/proeja. Acesso em: 31 ago. 2025.